

## MEMÓRIA, ARQUIVO E PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE NA FCM/UNICAMP

FELIPE ALMEIDA VIEIRA\*

IVAN LUIZ MARTINS FRANCO DO AMARAL\*

O texto a seguir tem como principal objetivo apresentar o trabalho que desenvolve o Centro de Memória e Arquivo da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp e o acervo documental sob sua guarda. A atuação do referido órgão arquivístico é pensada a partir de algumas questões relativas aos chamados “arquivos de ciência” abordando, assim, as especificidades, os desafios e as possibilidades de pesquisa que esse tipo de conjunto documental representa. Também trata do significado e implicação que tem a construção e preservação da memória social do ponto de vista de um arquivo institucional voltado para a temática das Ciências da Saúde, como é o caso do Centro de Memória e Arquivo da FCM.

A origem da atual Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp remonta ainda a década de 1940, a partir de um movimento que envolveu diversos setores da sociedade campineira, mobilizados para a criação de uma instituição de ensino superior na cidade, mais especificamente de formação médica. Ainda no ano de 1946, o jornalista do *Diário do Povo*, Luso Ventura, iniciou uma “campanha pela instalação de uma faculdade de medicina” em Campinas. Nesse sentido, em 1948 foi aprovada pela Assembléia Legislativa de São Paulo a Lei nº 161, de 24 de setembro, que dispõe sobre “a criação de estabelecimentos de ensino superior em cidades do interior paulista”. Na esteira dessa legislação, o governador Lucas Nogueira Garcez criou a “Faculdade de Medicina de Campinas”, através da Lei nº 2.154, de 30 de junho de 1953, porém, sem que a medida fosse realmente efetivada.

O tema foi retomado em 1955, por iniciativa da Associação Comercial e do Centro de Ciências, Letras e Artes que criaram o Conselho de Entidades de Campinas. A finalidade do Conselho era debater “os problemas sociais e defender os interesses da

---

\* Centro de Memória e Arquivo da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (CMA/FCM/Unicamp), Mestre em História (UFRGS).

\* Centro de Memória e Arquivo da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (CMA/FCM/Unicamp), Graduado em História (PUCC).

cidade e de sua coletividade”, entre os quais a instalação da Faculdade de Medicina no município. Cinco anos mais tarde, o governo do Estado aprovou nova lei dispoendo sobre a criação da instituição de ensino e até mesmo nomeou um diretor *pro tempore*, o professor Cantídio de Moura Campos, mas faltava ainda prover os meios necessários para a definitiva instalação da escola médica. Nos anos seguintes a bancada campineira na Assembléia Legislativa estadual e a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas (SMCC), através de seu presidente Roberto Franco do Amaral, igualmente pressionaram em favor da criação da Faculdade de Medicina.

A iniciativa ganhou força de fato somente em 1961, quando o reitor da Universidade de São Paulo, professor Antonio Barros de Ulhôa Cintra, a pedido do governador Carlos Alberto de Carvalho Pinto, constituiu um grupo de trabalho para estudar e propor a criação de núcleo universitário em Campinas, e que resultou no projeto de lei de criação da Unicamp. Faziam parte desse grupo de trabalho os professores Cantídio de Moura Campos, Ruy Aguiar da Silva Leme, Paulo Emílio Vanzolini e Isaias Raw. O projeto previa que a Universidade seria integrada pela Faculdade de Medicina, que fora criada por lei em 1959. O Conselho de Entidades seguiu pressionando o governo do Estado e a Assembléia Legislativa, e para isso constituiu onze comissões a fim de mobilizar a comunidade, a imprensa e os prefeitos da região em torno da demanda. A Universidade Estadual de Campinas foi legalmente criada, como entidade autárquica, através da Lei nº 7.655, de 28 de dezembro de 1962, incorporando a Faculdade de Medicina de Campinas, como previsto projeto. Cantídio de Moura Campos foi designado como reitor, assumindo o cargo em 13 de janeiro do ano seguinte e exercendo-o por oito meses, com a responsabilidade principal de promover a instalação da nova Universidade.

O ano de 1963 ficou marcado como o da fundação da FCM, que começou a funcionar, provisoriamente, nas dependências da Maternidade de Campinas. Em 1965, após acordo entre as direções das duas instituições, a Santa Casa de Misericórdia de Campinas passou a ser utilizada como local de treinamento clínico e cirúrgico para os alunos de graduação, o que perdurou até a construção do Hospital das Clínicas da UNICAMP no campus de Barão Geraldo, em 1986. Ainda em fevereiro de 1963 foi contratado o primeiro docente, professor Walter August Hadler, para a cadeira de histologia e embriologia, e nomeado como diretor da Faculdade de Medicina, o médico

oftalmologista Antonio Augusto de Almeida. O primeiro vestibular foi realizado já em abril, para o qual se inscreveram 1592 candidatos disputando as 50 vagas existentes. Para recepcionar os aprovados, em 20 de maio realizou-se a aula inaugural proferida pelo professor Antônio Barros de Ulhôa Cintra, reitor da Universidade de São Paulo (USP), marcando a instalação oficial da Faculdade nessa data.

Desde antes mesmo de sua fundação e funcionamento, a FCM já mobilizava o interesse público como instituição voltada ao conhecimento das Ciências da Saúde. Não somente por se tratar de uma unidade de ensino e pesquisa de universidade pública estadual. A criação de uma instituição de ensino médico em Campinas, que resultou na construção da FCM, não pode ser considerada como sendo apenas uma iniciativa restrita ao âmbito acadêmico ou em função da constituição da Unicamp na década de 1960. Como foi referido, trata-se de um projeto que surgiu e mobilizou, desde o final dos anos 1940, diferentes forças sociais e políticas da região de Campinas. No entanto, a FCM/Unicamp não permaneceu com seu campo de ação restrito à cidade ou região em que se estabeleceu. Logo cedo obteve e vem mantendo até o presente alcance de influência nacional e internacional como instituição de pesquisa e de formação de recursos humanos na área da saúde, bem como complexo assistencial que oferece inúmeros serviços de saúde à população. Além disso, a atuação da Faculdade, em grande medida, esteve voltada desde seus primórdios para as questões de Saúde Pública, com participação intensa de alguns de seus colaboradores em debates e momentos importantes chamada “Reforma Sanitária Brasileira” e na construção do “Sistema Único de Saúde”, por exemplo (BRASIL, 2006: 54-56). Por razões como essas, a FCM representa um patrimônio de toda a sociedade e tudo aquilo que diz respeito ao seu funcionamento e existência são passíveis de se tornarem objetos de interesse coletivo. Não seria diferente em relação à preservação da memória histórica da instituição e do seu patrimônio documental, entendido como suporte físico dessa memória.

A preocupação com a preservação do patrimônio documental, bem como a elaboração e divulgação de uma memória institucional, ganharam impulso na FCM, sobretudo, a partir das comemorações dos 40 anos de criação da Faculdade, no ano de 2003. Nessa ocasião, a Diretoria e alguns servidores mobilizaram-se para marcar a data festiva, constituindo uma comissão com a finalidade de organizar as atividades comemorativas. Além disso, a Comissão dos 40 anos foi responsável pela criação de

uma página virtual na *internet* para a preservação e divulgação de imagens e documentos referentes a momentos marcantes da história da instituição, assim como depoimentos de alguns indivíduos que contribuíram para a formação da Faculdade. Por fim, também ocorreu o lançamento do “Livro de Memórias da Faculdade de Ciências Médicas/UNICAMP”, publicação que reproduz e divulga parte desse acervo reunido em função da comemoração dos 40 anos (COSTALLAT, 2004).

A partir dessas iniciativas isoladas relacionadas à memória institucional e a preservação de documentos históricos, desenvolveu-se no âmbito da FCM a ideia de uma estrutura dedicada exclusivamente a atender essas necessidades. Assim, por orientação dos técnicos do Arquivo Central da Unicamp e dentro da perspectiva do Sistema de Arquivos da Universidade (Siarq), que estava sendo implantado desde a década de 1990, no ano de 2006 foi nomeada pela Direção da FCM uma Comissão Setorial de Arquivos (CSArq), composta por representantes de diferentes áreas da Faculdade. Da mesma forma, criou-se na Faculdade de Ciências Médicas, em 2007, o Grupo de Estudos em História das Ciências da Saúde (GEHCSaúde), composto por docentes da instituição interessados na temática, mas aberto a representantes discentes dos diferentes níveis de ensino e integrado por especialistas da área que podem ser convidados a participar. O Grupo em questão tem como meta estabelecer um campo de conhecimento e debate a respeito da História das Ciências da Saúde, visando incluir a questão na formação dos alunos da Faculdade e auxiliar na preservação da memória institucional e científica no âmbito da FCM. Para tal vem promovendo reuniões periódicas de seus membros e cursos de extensão para o público em geral.

Como desdobramento desse processo e levando mais adiante o projeto acima mencionado, o Centro de Memória e Arquivo da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp (CMA/FCM) foi criado em 26 de maio de 2008. Esse órgão tem como meta ser um espaço dedicado à preservação e difusão da memória institucional e ao estudo da História das Ciências da Saúde, aberto a toda comunidade. Para tal, a Comissão e o CMA/FCM, em conjunto com o Arquivo Central da Unicamp, vêm planejando e desenvolvendo ações de “Gestão Documental”<sup>1</sup> nos diversos departamentos, centros e

---

<sup>1</sup> Prevista pela Lei Nacional n.º 8.159 de 8 de Janeiro de 1991, que “dispõe sobre a Política de Arquivos Públicos e Privados”, a Gestão Documental abrange “procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária dos documentos, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente, conforme o artigo 3º (BRASIL, 1991).

núcleos de pesquisa, laboratórios e áreas administrativas da unidade acadêmica. Essa atuação visa, sobretudo, o correto arquivamento em fase corrente e intermediária e a destinação de documentos com valor histórico para arquivamento permanente no CMA/FCM.

Entre as referidas atividades de “Gestão Documental”, o CMA e a CSArq prestam orientações aos funcionários e docentes das diferentes áreas, através de visitas técnicas, esclarecendo a função e a forma de organização dos arquivos correntes e intermediários com base na *Tabela de Temporalidade de Documentos da Unicamp*, além de apresentar alguns conceitos básicos sobre o tema e de alertar para a importância da Gestão Documental na preservação da memória institucional. Nesse curto período de atuação dos referidos órgãos, também foram promovidos fóruns, abertos ao público, tratando da “Gestão Documental” e visando sensibilizar os colaboradores para a questão. Trata-se de uma oportunidade para que os profissionais que já participaram do trabalho de gestão, e que dão continuidade através do que se convencionou chamar de “Pós-Gestão”, relatam as experiências, as dificuldades e os ganhos administrativos alcançados no processo, incentivando outros a participarem.

Em decorrência disso, nesses quase três anos o CMA/FCM tem constituído um acervo que oferece possibilidades de pesquisa a respeito do ensino das Ciências da Saúde nos níveis de graduação, pós-graduação e residência médica da instituição e de sua história administrativa, bem como sobre produção científica relacionada a esse campo do saber. O conjunto documental encontra-se em diferentes etapas do processamento técnico – que incluem, por exemplo, a higienização, o arranjo arquivístico e a classificação – visando sempre melhorar sua disponibilização pública. Apesar de que ainda há um longo caminho a trilhar com esse minucioso trabalho, dado o pouco tempo de existência do CMA/FCM, muito já se avançou em sua organização e no alcance de sua atuação.

Através do referido processo de “Gestão Documental”, que se realiza desde 2007 no âmbito da FCM, se constatou que os docentes da Faculdade produziram uma quantidade significativa de documentos relacionados ao desenvolvimento de pesquisas e colecionaram grandes massas documentais em função das diversas atividades que desenvolvem na Universidade. Assim, uma considerável parte do acervo sob guarda do CMA/FCM diz respeito a conjuntos documentais acumulados por esses docentes que

participaram da formulação dos primeiros cursos e estruturas institucionais, entre eles os Professores Dr. Antonio Augusto de Almeida, Dr. José Martins Filho, Dr. José Lopes de Faria, Dr. Oswaldo Vital Brazil e Dr. Mario Mantovani.

Cabe ressaltar que, anteriormente à destinação do acervo, faz-se necessário a manifestação de interesse do detentor da documentação (familiar e/ou responsável pelo departamento de origem do docente) por meio de ofício à Diretoria da FCM, que instaura uma comissão de avaliação documental. Essa comissão deve ser composta por docentes da Faculdade, técnicos do CMA, do Arquivo Central da Unicamp e da Biblioteca Central. Ao término do processo, expede-se de um parecer final encaminhado para a Diretoria da FCM, sugerindo a destinação que deve se providenciar ao conjunto documental.

Os documentos produzidos e reunidos por um docente ao longo de extensa e intensa atuação em um instituto, que é, ao mesmo tempo, espaço de ensino, de produção científica, de atividades extensão, do exercício de funções administrativas, de relações institucionais e pessoais, representam um conjunto muito diversificado de informações. Nesse contexto, frequentemente, confundem-se os âmbitos de atuação institucional e pessoa e esse limite tênue entre as duas esferas também se apresenta em relação à produção e guarda de documentos por parte desses docentes.

Em parte, esses acervos se constituem por documentação mais claramente identificada como sendo institucional, que tem caráter administrativo, ou seja, documentos reportando uma série de atividades decorrentes das funções que esses docentes desempenharam na FCM. E entre essas atribuições é possível incluir as relacionadas à docência propriamente, que muitas vezes constituem-se como as mais significativas em termos de dedicação, o que acaba por refletir no volume da documentação. Por outro lado, esses docentes, durante suas trajetórias na FCM, igualmente desempenharam atividades de cunho estritamente científico e atuaram em laboratórios e núcleos de pesquisa na área biomédica. Dessa forma, nos conjuntos documentais vinculados aos docentes também se encontram documentos que remetem a esse campo de atuação e, justamente, esses tendem a ser mais confundidos como sendo de cunho pessoal, mesmo que produzidos no âmbito da instituição.

Aqui cabe lembrar as definições utilizadas por Paulo Roberto Elian dos Santos, entre outros, ao estudar o que se convencionou chamar “arquivos de ciência”, e cuja

definição guarda semelhanças com o acervo em destaque. Cabe esclarecer que esse tema ainda é de recente discussão no Brasil, em comparação ao que se desenvolve, por exemplo, na França e nos Estados Unidos e, por isso, traz muitas indefinições e controvérsias em sua conceituação. O acervo do Centro de Memória e Arquivo da FCM/Unicamp pode ser considerado como um arquivo de “instituição de pesquisa e ensino”, pois apresenta ao mesmo tempo características administrativas e de “arquivos de laboratórios”, na medida em que retratam funções administrativas e atividades de pesquisa propriamente dita (exploração, experimentação e teorização). Além disso, o conjunto documental em questão também compreende a definição acerca de “arquivos pessoais de cientistas”, que seriam aqueles formados pelos documentos produzidos e guardados pelo “cientista” no decorrer de sua trajetória.

Para esse autor, o “laboratório”, compreendendo o espaço onde o cientista atua e desenvolve suas pesquisas, é “o elo entre o institucional e o pessoal” e, portanto, os documentos ali produzidos e preservados são entendidos como “materiais documentais da ciência”. Esse *locus* por excelência de produção do conhecimento científico em alguns campos do saber é também lugar de produção e conservação dos documentos que revelam todo o processo de construção da ciência, incluindo mesmo aqueles documentos vinculados estritamente a gestão administrativa da unidade de pesquisa. O “arquivo pessoal do cientista”, que nesse caso também é docente, confunde-se com o próprio espaço de sua atuação acadêmica, principalmente se ele exerceu funções de chefia. Disso decorre a dificuldade em estabelecer limites entre pessoal e institucional nesses documentos, pois os que o pesquisador considera seus, ele o guarda durante as atividades e depois ao aposentar-se, assim como aqueles que ele entende servir para a continuidade da atividade científica da equipe que chefia (Cf. SANTOS, 2008: 154-218).

Em função dessas especificidades, os conjuntos documentais em questão impõem uma série de desafios para as instituições arquivísticas responsáveis por sua guarda, como é o caso do Centro de Memória e Arquivo da FCM. Dificuldades em relação à pessoalização dos conjuntos documentais, como mencionado, mas também em função do controle e sigilo dos dados ou da desconfiança que os envolvidos podem ter sobre a necessidade e eficácia do arquivamento, por exemplo. Além disso, a atividade científica produz registros em diversos suportes inusitados e que não são nem mesmo

considerados como documentos pelos produtores, bem como formatos inteligíveis somente aos cientistas que os produziram (Idem: 171). No entanto, não cabe aqui aprofundar mais tal questão por se tratar de uma problemática de interesse mais da Arquivologia do que da História. Por outro lado, e talvez por essas especificidades, o tipo de documentação referida oferece ao historiador diversidade de campos de pesquisa e temáticas ainda pouco explorados, o que pode ser, mais apropriadamente, objeto de debate para a disciplina.

Para a História e as Ciências Sociais, sobretudo a partir de autores como Pierre Bourdieu e Bruno Latour, não só o produto final da ciência é importante – apesar do que pensam e de como agem os próprios cientistas –, mas também interessa todo o caminho percorrido, os apoios e patrocínios, a estrutura institucional que propiciou a pesquisa, a equipe participante, o intercâmbio com outros cientistas e as dificuldades enfrentadas no seu desenvolvimento (SILVA, 2007: 26). Na verdade, é justamente o processo de construção da ciência e de imposição de um consenso no campo científico a respeito do conhecimento produzido que desperta considerável interesse dos historiadores da ciência na atualidade e esse tipo de temática vem ganhando cada vez mais força. E, como sabemos, o processo de construção da ciência está repleto de inscrições e documentos que só poderão ser acessados pelos historiadores com auxílio das instituições e profissionais responsáveis pela guarda desse patrimônio. Portanto, sua preservação se torna uma questão para a História e seus interessados.

Deve se considerar que, como afirma Elian dos Santos a respeito da pesquisa científica, “o trabalho final não revela as diversas etapas de construção de uma obra, eliminando de sua trajetória os vestígios, dando a impressão de ordem e racionalidade” para os “fatos científicos” que se pretende apresentar como estabilizados e consensuais. Assim, “o artigo é, muitas vezes, o meio de revelar o fato científico ‘estável’ e ‘natural’, resultando de um processo de construção que tem a peculiaridade de só se completar enquanto tal na medida em que for capaz de apagar qualquer traço de si próprio” (SANTOS, 2008: 81).

Portanto, diferentes documentos são necessários para a realização de estudos que tenham a “ciência dos laboratórios” como objeto, independentemente da abordagem adotada. É necessário incluir os registros das etapas intermediárias da pesquisa científica até a publicação dos resultados finais. O processo de “fazer-se” da ciência, ou



seja, o “trabalho sujo” que não aparece no resultado final, gera muitos documentos como anotações, rascunhos, correspondência, registros de protocolo, entre outros. Documentos que não são percebidos como sendo “documentos” por seus donos. Em geral, esses registros são descartados pelos cientistas por serem considerados sem valor e, por isso, tais documentos não costumam chegar com frequência aos arquivos institucionais (SILVA, 2007: 27). É importante lembrar aqui da definição, já clássica, de Jacques Le Goff de que “o documento é monumento”, pois “resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 1990: 548). E como foi dito, apenas uma parte do conteúdo desses documentos ganha espaço na publicação no produto final, por exemplo, na forma de artigo. Desse modo, as etapas intermediárias do processo da ciência são quase que completamente esquecidas. (SANTOS, 2008: 78-80).

A preservação da memória científica depende, em grande medida, da preservação material da documentação, ou seja, do suporte físico utilizado para registrar as atividades desse tipo. Essa tarefa está a cargo de órgãos como o Centro de Memória e Arquivo da FCM/Unicamp, mas dependem igualmente das entidades que promovem a ciência no país e definem as políticas de investimento nessa área (BARROS, 2006). Dessa forma, cabe às instituições arquivísticas, em primeiro lugar, zelar por esse patrimônio cultural através de técnicas apropriadas de conservação e arquivamento, bem como de métodos e formas de disponibilizar sua consulta ao público de maneira facilitada e correta, resguardando informações sigilosas quando necessário. Além disso, é sempre necessário suscitar o debate e a reflexão a respeito da preservação desse tipo de patrimônio cultural e alertar a sociedade quando este estiver correndo risco.

No entanto, como é de conhecimento dos historiadores, a preservação da memória não se faz unicamente com a correta guarda da documentação, pois o documento em si mesmo, depositado nos arquivos, não gera memória nenhuma. Dessa maneira, entendendo a memória como construção simbólica e componente essencial na identidade de um grupo, sua preservação depende, sobretudo, da pesquisa e da reflexão a respeito do passado coletivo, tarefa que está nas mãos dos pesquisadores, mas também ao alcance das instituições arquivísticas e de seus funcionários especializados. Evidentemente, o CMA/FCM toma essa função para si, como parte fundamental de sua

missão, mas que cumpre com dificuldades em função da carga de atribuições que se impõe.

A memória está sempre sujeita ao esquecimento, voluntário ou não, com diferentes formas de silenciamento de alguns agentes sociais por outros. No limite, é possível afirmar que toda memória social, ao estabelecer a lembrança e a perpetuação de elementos do passado, impõe o esquecimento, pois se trata sempre de construção simbólica seletiva e com critérios arbitrários. Em outras palavras, para lembrar é necessário esquecer algo, sob pena de não recordar aquilo que se julga importante. Cabe às instituições e aos indivíduos encarregados da tarefa de gerir memórias coletivas, tornar essa construção mais plural possível, contando com a participação e representação do maior número de agentes e interesses ligados ao patrimônio em questão.

A historiografia abordou vastamente a memória como instrumento de dominação simbólica e disputa social, estabelecendo inclusive distinção em relação ao conhecimento produzido pela História.<sup>2</sup> Esse elemento não pode ser esquecido na “gestão da memória” e deve pautar as ações das instituições no sentido da participação e inclusão. Portanto, não se trata aqui de desconsiderar esse aspecto conflitivo presente na “constituição e formalização das memórias” (POLLAK,1992), mas de utilizar a memória como forma de estímulo ao debate, à cidadania e a pluralidade. Tendo em vista que a memória é elemento fundamental para a construção e afirmação das identidades sociais, resta à sociedade e aos grupos empenhados nessa tarefa questionarem-se, constantemente a respeito de quais valores estão sendo afirmados nesse processo. Trata-se de interrogar a si próprio sobre qual memória se pretende preservar, e por consequência o que pode estar sendo esquecido e silenciado, ou ainda, quais identidades sociais ganham expressão com a construção dessa memória e quais identidades precisam ser expressadas.

---

<sup>2</sup> A questão das relações entre memória e história tem sido tratada, basicamente, através de duas vertentes que remetem a matrizes epistemológicas distintas: a filosófico-literária e a sociológica. De um lado, se enfatizou a memória como fenômeno individual e espontâneo, de outro se enfocou a reconstrução coletiva, mais ou menos deliberada. Halbwachs e outros autores do enfoque sociológico diferenciaram claramente os dois conceitos. Nessa perspectiva, a memória seria um elemento espontâneo e “vivo”, de interiorização dos quadros sociais, e a história, ao contrário, estaria marcada pela racionalidade, por isso seria laicizante, universal e exterior. Não acredito que essa diferenciação possa contribuir com a presente análise, pois os agentes manifestavam claramente a intenção de escrever “história” e, ao mesmo tempo, parece que não compreendiam da mesma forma a história distinta da memória, como na definição sociológica (Cf. SCHMIDT, 2006).

Evidentemente, essa questão está longe de ser resolvida facilmente e, por isso, deve fazer parte de forma permanente da agenda das instituições envolvidas com o tema, entre elas as de caráter arquivístico e de preservação histórica.

### **Bibliografia:**

- ARQUIVO NACIONAL. *Gestão de documentos: conceitos e procedimentos básicos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985.
- BARROS, Henrique Lins de. “A construção social da memória científica”. In: ENCONTRO de Arquivos Científicos. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2006, p. 33-37.
- BOURDIEU, Pierre. “O campo científico”. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155.
- \_\_\_\_\_. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.
- BRASIL. Lei nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm)>. Acessado em Janeiro de 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. *A construção do SUS: histórias da Reforma Sanitária e do Processo Participativo*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em <[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/construcao\\_do\\_SUS.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/construcao_do_SUS.pdf)>. Acessado em Janeiro de 2011.
- BRITO, Verônica Martins. *A preservação da memória científica da Fiocruz: a visão de quem faz ciência*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- COSTALLAT, Lilian Tereza Lavras (Org.). *Livro de Memórias da FCM/Unicamp*. Campinas: FCM/Unicamp, 2004.
- LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000.
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.
- POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2007.
- SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *A arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

- SCHMIDT, Benito Bisso. “Entre a filosofia e a sociologia: matrizes teóricas das discussões atuais sobre história e memória”. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. XXXII, n. 1, junho 2006, p. 85-97.
- SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. *Visitando laboratórios: o cientista e a preservação de documentos*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (Org.). *Arquivos científicos: referências bibliográficas*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2005. Disponível em [http://www.mast.br/downloads/arquivos\\_cientificos\\_bibliografia.pdf](http://www.mast.br/downloads/arquivos_cientificos_bibliografia.pdf). Acessado em Janeiro de 2011.